

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Vara de Família e Menores

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores

Autor/Requerente: João Silva, menor, representado por Maria Silva

Réu/Requerido: Associação Casa da Juventude, Lda. e Carlos Mendes

CITAÇÃO DE TESTEMUNHA

Exmo. Sr. Carlos Silva

NIF: 213 456 789

Morada: Rua da Liberdade, n.º 45, 3.º Esq., 1150-058 Lisboa

Nos termos do disposto no artigo 572.º do Código de Processo Civil, bem como nos artigos 112.º e 113.º do Código Penal, **o Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa, Dr. António Ribeiro**, determina a V. Exa. a comparecer como testemunha no presente processo, a fim de prestar depoimento sobre as rotinas de supervisão, controlo interno e elaboração de relatórios na Associação Casa da Juventude, Lda., durante o período compreendido entre 2015 e 2020.

Data da Citação	15 de março de 2024
Data para Comparecimento	5 de abril de 2024
Hora	10:00 horas
Local	Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Sala de Audiências da Vara de Família e Menores, Rua da Constituição, n.º 33, 1250-096 Lisboa
Documento a apresentar	Documento de identificação civil (Cartão de Cidadão ou Passaporte) e, se disponível, cópias de quaisquer registos internos, relatórios de actividade, fichas de vigilância ou correspondência eletrónica relativa ao período acima indicado.
Advogado de apoio	Caso deseje ser assistido por advogado, o mesmo deverá apresentar a respetiva procuração até ao dia 3 de abril de 2024.

Obrigações e Consequências da Inobservância

- Obrigações de Comparecimento** – O não comparecimento na data, hora e local indicados, sem justificação válida, constituirá desobediência ao mandato judicial, nos termos do artigo 574.º do CPC, sujeitando V. Exa. à aplicação de coima até €5 000,00 ou à detenção de até 30 dias, conforme a gravidade do incumprimento.
- Justificação de Incomparecência** – Caso exista impedimento legítimo (doença, viagem previamente agendada, etc.), deverá apresentar, até 48 horas antes da data fixada, um atestado médico ou outro documento que comprove a impossibilidade, dirigido ao Juiz da Vara.
- Direito ao Silêncio** – Nos termos do artigo 30.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 30.º do Código de Processo Penal, V. Exa. tem o direito de permanecer em silêncio e de não responder a perguntas que possam incriminar-se. Contudo, a recusa injustificada de prestar depoimento poderá ser interpretada como obstáculo à descoberta da verdade e será considerada na avaliação final do processo.
- Proteção de Dados** – Todos os dados pessoais recolhidos no âmbito deste depoimento serão tratados em conformidade com a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, de Proteção de Dados Pessoais, e apenas serão utilizados para fins processuais.

Notificação A presente citação será entregue pessoalmente ou, na falta de localização, enviada por correio registado com aviso de receção. O recibo de entrega constituirá prova da sua ciência.

Lisboa, 15 de março de 2024

Dr. Luís Costa – Advogado (OA 12345)

Dra. Sofia Almeida – Advogada (OA 67890)

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Dr. António Ribeiro

Nota: O não cumprimento dos termos acima indicados poderá ensejar a prática de atos coercitivos previstos na legislação em vigor.